

UM GOLPE DE VISTA NA HISTÓRIA DA CRECHE¹ COMUNITÁRIA ASAC

Maria Bernadete Diniz Costa

Professora da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e participante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Condição e Formação Docente da UFMG (PRODOC).

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a historilização de uma creche comunitária de Belo Horizonte e, como objetivo, evidenciar, de acordo com Rockwell e Mercado (1986), o entrecruzamento da determinação e presença estatal com as determinações e presenças civis de variadas características.

Rockwell (1986) aborda a duplicidade que coexiste no interior da escola, referindo-se à sua existência documentada e à não-documentada. Para captar a história não-documentada, a autora aponta a análise da existência cotidiana como história acumulada e a busca, no presente, dos elementos estatais e civis com os quais a escola se construiu.

Este trabalho foi elaborado a partir de minha dissertação, em que busquei em entrevistas, no acervo documental e em um período de oito meses de observação, elementos para a construção e análise do histórico da instituição pesquisada.

A abordagem metodológica foi a etnográfica por ela considerar “[...]o fenômeno ou o processo particular como parte de uma totalidade maior que o determina, em alguma medida e com o qual mantém determinadas formas de relacionamento”(ROCKWELL, 1989, P.47).

A CHEGADA DA CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA AO BRASIL

A história da Creche (ASAC) está vinculada à instalação da Congregação de Nossa Senhora, no Brasil², ao movimento de reelaboração doutrinária da Igreja Católica e ao desenvolvimento de um bairro na região noroeste de Belo Horizonte.

A Congregação Nossa Senhora, de religiosos católicos de origem holandesa, veio para o Brasil em 1960, em cumprimento a uma orientação do Papa, como prenúncio do movimento da Igreja Católica, na década de 60, que se concretiza por meio do Concílio Vaticano II.

¹ Em Belo Horizonte, usa-se essa terminologia para referir-se ao atendimento de crianças de zero a seis anos.

² Foram usados nomes fictícios para a Creche e a Congregação.

O Brasil foi escolhido, dentre outros países da América do Sul, para a instalação da nova comunidade talvez por ter, na época, uma população jovem e por ser um país eminentemente católico, pois era objetivo da Congregação formar novos quadros, uma vez que, na Europa, já se vivia a crise de vocacionados. Outro fator que contribuiu para essa opção foi a semelhança da língua portuguesa com a que esses religiosos dominavam.

Encontraram em um antigo bairro da região noroeste de Belo Horizonte condições favoráveis a sua instalação. O bairro precisava de um colégio que atendesse o correspondente às séries finais do ensino fundamental, e os padres da paróquia ofereceram um terreno ao lado da igreja, com as instalações iniciais para o seu funcionamento. Assim, pelo fato de a Congregação de Nossa Senhora estar tradicionalmente vinculada à formação escolar, essa oferta constituiu fator decisivo para a escolha.

A INSTALAÇÃO DA ASAC

Depois dos religiosos estabelecerem-se, juridicamente, no final de 1961, como uma associação educacional, eles organizaram o colégio e encaminharam a construção de um educandário, com o objetivo de formar novos membros para a Congregação.

O local escolhido para a construção do educandário foi um setor da região noroeste em fase inicial de urbanização e onde a Igreja Católica ainda não se fazia presente.

Um documento elaborado pela Igreja Católica e por moradores da região demonstra uma precariedade da infra-estrutura dessa região. A elaboração desse documento reflete, possivelmente, um movimento mais amplo da Igreja Católica, que, tinha interesse em promover “[...] a *autonomia* da sociedade em relação ao Estado”.(DOIMO,1995, p.81)

A obra teve início em 1964, erguendo-se um prédio, que era destaque na região. Segundo uma participante da ASAC, ele era considerado como “[...] a única construção e o único espaço com que a comunidade contava em uma região absolutamente inóspita”.

Uma vez instalados no novo prédio, em 1966, os religiosos começaram a atender as demandas dos moradores por primeiros socorros. Inicialmente, transportavam os necessitados aos serviços de atendimento médico e davam comida aos pedintes.

A ASAC foi idealizada a partir desse contato dos religiosos com os moradores dessa região. A própria demanda que os moradores do bairro levavam até os religiosos pesou na decisão pela instalação de um núcleo de obras sociais, voltado para o atendimento à saúde, em detrimento da instalação de um grupo escolar.

Além de atender a demanda daqueles moradores, os religiosos cumpriam o disposto em seu estatuto e davam continuidade à tradição da Igreja Católica de atuar nesse campo, caracterizada por obras de caridade e assistência à saúde.

Dessa forma, no início de 1968, a ASAC constituiu-se como uma sociedade civil de caráter beneficente e de assistência social, com a finalidade de oferecer assistência à saúde e serviços de laboratório de análises clínicas. Sua inauguração foi marcada pela presença de políticos representantes de embaixadas, dos governos estadual e municipal e de religiosos. A comunidade local não participou dessa inauguração assim como da eleição de sua diretoria.

De acordo com os registros dos primeiros anos, de 1968 a 1972, a administração da ASAC era mais centralizada e desenvolvia vários projetos governamentais, cabendo à comunidade circunscrita o papel de usuário do equipamento.

A ASAC foi-se constituindo em uma instituição de referência para os moradores da região.

A ASAC NO PERÍODO DE 1969 A 1972

De 1969 a 1972, o País viveu o período mais duro e repressivo dos chamados *anos de chumbo* e o auge do milagre econômico. Esse clima refletiu sobre a ASAC. Registraram-se, então, aí um farto número de programas assistenciais e a pouca participação da comunidade nos rumos da instituição. Além disso, os boletins informativos se limitaram a uma criteriosa prestação de contas.

Nesse período, além do serviço de assistência à saúde, a ASAC foi executora de vários programas assistenciais de órgãos governamentais. Naquela época, a ASAC significava, *“literal e simbolicamente, o pronto-socorro do bairro”*.

Em 1970, o educandário foi desativado devido a uma crise de vocações religiosas, e seus dirigentes tiveram que decidir o rumo da ASAC. Instalou-se entre eles uma crise ante a decisão do destino que seria dado à Instituição, pois os que a administravam não estariam mais atuando naquela região e não reconheciam condições para a entidade se estabelecer autonomamente.

Foram os vínculos estabelecidos com a Igreja, com os trabalhadores da Instituição, com a comunidade, com a sociedade mobilizada para a implantação da entidade e com os princípios da própria congregação que reafirmaram a continuidade da obra naquela região.

Assim, a Associação Educacional assumiu os custos da construção de uma nova sede para a ASAC e, meses depois, deliberou-se que ela continuaria como obra social da Associação.

A reinauguração, diferentemente da primeira, foi organizada com a participação da comunidade local e procurou incluir as crianças. Essa organização anunciava uma nova fase da Instituição e assinalava sintomas de maior adesão dos novos diretores às idéias difundidas pela Igreja Católica. Essa, visando obter maior presença no mundo e tendo como contraponto o avassalador crescimento do Estado, aposta na “[...] *autonomia* da sociedade em relação ao Estado”, criando, assim, a idéia do “povo como sujeito de sua própria história” (DOIMO,1995, p.73). É interessante observar que, no caso do Brasil, que vivia nesse período uma ditadura militar e, conseqüentemente, o cerceamento da organização e da participação da população em partidos políticos ou sindicatos, a Igreja encontra um terreno profícuo para as suas novas modalidades de inserção na sociedade contemporânea.

Assim, efetivamente, a ASAC torna-se participante do processo de mobilização e do fortalecimento da comunidade em torno de suas bandeiras de luta.

A ASAC NA NOVA SEDE (1973 -1990)

Doimo (1995) demonstra, em seu trabalho sobre os movimentos sociais do período em questão, o papel marcante dos intelectuais e de militantes de esquerda na recuperação da capacidade ativa do povo nos movimentos populares. Entretanto, ela afirma que o peso decisivo veio mesmo da Igreja Católica, com sua atuação no campo do ecumenismo.

As teses mencionadas confirmam a importância dos religiosos dirigentes da ASAC na articulação e na mobilização de grupos populares que se formaram na região e se incorporaram aos movimentos populares locais e nacionais.

Nessa retrospectiva da história da ASAC no período do 1973 a 1990, delimito em três fases esse percurso, a partir de seus relatórios anuais, de atas e das entrevistas com ex-diretores, ex-coordenadoras e educadoras da ASAC.

A primeira fase (1973-75) é marcada pelo envolvimento da ASAC na luta pela melhoria do bairro e, principalmente, pela instalação de escolas. A ASAC que, até então, vinha investindo na área da saúde, inaugura uma nova frente de trabalho na área do ensino.

A segunda fase (1976-80) é caracterizada pela ampliação do investimento no setor da educação infantil e pela luta política a favor da implantação, pelo poder público, de um serviço de atendimento na área da saúde.

De acordo com os estudos de Campos (1989), o movimento por construção de escolas esteve no auge nesse período. Paralelamente, segundo Doimo (1994), o movimento pela melhoria do atendimento público à saúde estava em ascendência quando a Igreja Católica, no bojo desse movimento, “[...] reelaborou sua prática assistencialista e/ou alternativa-comunitária através da assimilação do moderno discurso dos direitos da cidadania”.(DOIMO, 1995, p.112). Os movimentos populares observados nessa comunidade confirmam os estudos mencionados.

Em 1976, com o crescimento da demanda por atendimento no setor do ensino, a ASAC abriu duas turmas de pré-escolar, atendendo crianças de cinco e seis anos de idade. Os pais das crianças contribuía com uma mensalidade. A professora era moradora do bairro, o que, segundo uma ex-coordenadora, representava um facilitador, pois “[...] conhecia as dificuldades das crianças e das mães e convivia com as carências do bairro”.

O pré-escolar era visto como uma possibilidade para as crianças das camadas populares diminuíssem o seu *déficit cultural* e propunha alfabetizar as crianças.

A ASAC, assumindo a concepção de educação compensatória, estava em sintonia com a proposta político-pedagógica nacional para esse nível de ensino. Esse modelo foi criticado por não atender a todas as crianças da faixa etária prevista e também por localizar o problema do fracasso escolar na criança ou na família e, nunca, no contexto social.

Em 1979, a ASAC inaugura sua creche em convênio com a LBA, por meio do projeto creche-casulo. Este, lançado pela LBA em 1974, visava ampliar o número de creches no Brasil com custo reduzido. O projeto privilegiava a alimentação das crianças, apesar de ter uma proposta de atendimento integral.

A terceira fase (1981-90) é assinalada pelo estabelecimento da educação infantil como trabalho prioritário da ASAC e pela passagem de sua administração para a comunidade.

Nesse período, a infância foi se consolidando como um *tempo de direitos*, expressos na Constituição Brasileira (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A opção pela ampliação do atendimento à educação infantil pode ser explicada por uma convergência de fatores. Inicialmente, a entrada das mulheres no mercado de trabalho no final da década anterior trouxe um aumento da demanda por espaços organizados que recebessem seus filhos. Outro fator foi a tradição dos religiosos que dirigiam a ASAC em atuar no setor do ensino. Pesou ainda a implementação de políticas de financiamento para esse setor, tais como a política da LBA, que visava implantar creches nas comunidades, e a política do município, de celebração de convênios com creches comunitárias,

filantrópicas ou religiosas, que se instaurou a partir de 1983. Esses, inicialmente, firmados com a Secretaria de Saúde; depois, com a Secretaria de Ação Social e, após 1998, transferidos para a Secretaria de Educação.

Em 1984, depois de cinco anos de atendimento, a ASAC formalizou o serviço de creche (zero a três anos) com uma diretoria própria e estabelecendo uma relação de sociedade com os pais das crianças matriculadas, que pagavam uma mensalidade pelo serviço. Entretanto, de acordo com o estatuto, eles se diferenciavam na proposta do atendimento, em relação à proposta pedagógica. Assim, a ASAC seguia o discurso oficial da política de atendimento das crianças, ao propor um programa mais assistencialista para as crianças de zero a três anos e mais escolarizado para as crianças de quatro a seis anos.

No início da década de 90, os religiosos passaram a administração da ASAC para a comunidade porque estavam com outras demandas de trabalho e consideravam que a comunidade tinha condições de prosseguir com a obra. Assim, foi eleita uma diretoria comunitária, que assumiu, em outubro de 1990, inaugurando uma nova fase da ASAC.

Pareceu-me que esse propósito estava claro para a Associação Educacional, desde a época da reinauguração da ASAC, como confirma este trecho do discurso do diretor: “[...] *por enquanto podemos fazer, mas o certo é a comunidade olhar*”.

A ASAC ADMINISTRADA PELA COMUNIDADE (1991 – 2003)

A sociedade brasileira conviveu, nesse período, com transformações marcantes, dentre elas, a significativa participação das mulheres no mercado de trabalho e o crescente percentual de mulheres no papel de chefe de família. Em relação à educação infantil, no panorama nacional, segundo Kramer(2002, p.118) “[...] continua a luta pela conquista de uma visão das crianças enquanto cidadãs de direitos, inclusive o direito à educação infantil”. No entanto, no campo das políticas direcionadas à infância, foi um período que, conforme essa autora, se destacou por ganhar, muitas vezes, no discurso e perder nas ações concretas.

Dividi o relato em três subperíodos, de acordo com os dois grupos dirigentes que se alternaram na direção da Instituição.

O primeiro, 1991-1995, caracterizou-se pelos conflitos da instalação da diretoria comunitária. Ainda que constituída por pessoas engajadas na luta comunitária e da ASAC, elas sentiram-se inseguras em assumir a administração, ao mesmo tempo em que se viam responsáveis pela continuidade do atendimento às crianças. Essa inquietude aumentava

diante do compromisso de manter a qualidade do serviço que era reconhecida pela comunidade.

Em 1992, a ASAC iniciou o atendimento em tempo integral para todas as crianças, pois o funcionamento diferenciado dos serviços constituía uma expressão da desigualdade entre a população usuária.

Ao meu ver, esse movimento apresentou mais uma faceta: romper com as desigualdades das condições de trabalho entre as educadoras e professoras no mesmo espaço. Desse modo, para viabilizar o atendimento das crianças em horário integral, houve equiparação salarial das funcionárias, significando, para as professoras, uma redução.

A medida do atendimento integral repercutiu, também, na renovação do quadro de funcionárias e em maior demanda da comunidade pelos serviços. Com isso, foi necessário estabelecer um novo critério de matrícula - a comprovação de trabalho da mãe - e ainda se identificou a necessidade de ampliação do espaço para atendimento.

Foram muitos os conflitos vividos na instalação da diretoria comunitária e na definição da ASAC pela oferta do serviço de creche. Nesse período, segundo uma ex-coordenadora, as educadoras “[...] começaram a gostar muito de reunião [...]” para debaterem o encaminhamento de suas demandas.

Em 1993, a ASAC ampliou a sua capacidade de atendimento, e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), sob a gestão de um novo governo definido como democrático-popular, adotou uma política de parceria com as instituições filantrópicas e comunitárias de atendimento à criança de zero a seis anos. Em 1994, teve início, como parte de uma proposta da política municipal, um curso de formação para as educadoras de creche³, no qual se matricularam várias educadoras da ASAC. A diretoria demonstrou seu apoio e incentivo à formação por meio do custeio do vale-transporte e do remanejamento do horário de trabalho das mesmas.

De 1992 a 1998, a ASAC viveu o conflito da instalação de uma coordenação pedagógica. O grupo de educadoras assimilava a idéia da instalação da coordenação pedagógica. Discordava, entretanto, do perfil do profissional proposto pela diretoria.

Assim, de 1994 a 1997, passaram pelo cargo várias ocupantes, enquanto a diretoria insistia que deveria exercer o cargo uma pedagoga ou uma assistente social. Tanto uma ex-diretora quanto uma ex-coordenadora apresentaram uma avaliação semelhante da falta de

³ Esse curso parte do Projeto Formação do Educador Infantil, cujo objetivo era capacitar técnicos e educadores.

entrosamento do grupo de educadoras com o das coordenadoras. Ambas comentaram a dificuldade dessas profissionais em apreender a proposta de atendimento da ASAC às crianças pequenas. Uma ex-coordenadora da ASAC atribuiu esses desencontros ao tempo estabelecido na contratação, que só possibilitava intervenções pontuais e, ao olhar dessa profissional, era muito técnico. Além disso, por elas não residirem na região, “[...] não tinha essa história de como essa entidade nasceu, de qual era realmente a sua proposta”.

Embora vivendo um conflito, o grupo seguiu estabelecendo um outro formato para essa coordenação, antecipando uma exigência da PBH, que, mais tarde, determinou a instalação de uma coordenação pedagógica.

No final de 1995, o grupo dirigente foi reconduzido a mais um mandato. Entretanto, no primeiro trimestre de 1996, essa diretoria renunciou diante de desentendimento entre seus membros, deflagrado pela demissão de uma funcionária, filha de uma influente integrante da diretoria. A demissão foi aprovada pela diretoria em cumprimento aos termos do convênio, que não permitia a contratação de familiar de dirigente.

O segundo subperíodo, 1996-2000, é marcado pela instalação da coordenação pedagógica.

Em abril de 1996, o novo grupo dirigente instalou-se com uma proposta de administração mais descentralizada. Criou novas comissões para discutir e viabilizar a reforma do estatuto e do regimento e, a melhoria da arrecadação da ASAC.

Outro ato dessa diretoria foi dar encaminhamento à reforma do estatuto, regulamentando a unificação dos serviços prestados e mudando, entre outros aspectos, a relação com os pais, que deixaram de ser associados. Essa reforma era necessária para a obtenção do título de utilidade pública. Houve, também, reformulação do regimento.

No início de 1998, na falta de coordenadora pedagógica, um grupo se vê imbuído da responsabilidade de planejar o trabalho com as crianças, com a preocupação de oferecer um serviço de qualidade, quebrar o estigma da creche de depósito de crianças, conquistar as crianças e os pais e garantir o emprego. Esse movimento de autogestão do trabalho foi breve, pois a diretoria logo convidou um membro desse grupo para ocupar o cargo de coordenadora pedagógica. Assim, o serviço se estabeleceu com uma das próprias educadoras, que permaneceu no cargo até 2002, quando outra coordenadora foi eleita.

O período de 1996-2000 foi tomado também pela discussão sobre a formação das educadoras, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e debatida em documentos publicados em âmbitos nacional e municipal. A PBH efetivou, em 2000, uma política de formação das educadoras.

Em 1998, as educadoras, numa luta empenhada desde anos anteriores, conseguiram o apoio da comunidade para aprovar a inclusão de uma reunião pedagógica mensal no calendário da creche. Mais tarde, essa medida foi incorporada pelo convênio com a PBH.

Nessa época, iniciou-se a discussão sobre um plano salarial de incentivo às educadoras com diferentes níveis de escolaridade. A ASAC aprovou um plano antes de a PBH adotá-lo no convênio de 2001.

Em abril de 2000, num pleito com chapa única, elegeu-se uma nova diretoria constituída por integrantes do primeiro grupo dirigente.

O terceiro subperíodo, de 2000- 2003, é marcado pelo rompimento político das educadoras com a diretoria e pela transferência do convênio da Secretaria Municipal de Assistência Social para a da Educação.

A diretoria se instalou tomando uma série de medidas que foram questionadas por setores da ASAC, assim como por órgãos envolvidos com a proteção e a promoção da criança. Dentre elas, a mudança dos critérios de matrícula e o empenho da diretoria em separar as funções administrativas das pedagógicas. Enquanto a coordenadora pedagógica compreendia que essas funções tinham de andar juntas, a diretoria as avaliava como [...]”tudo muito misturado”. Foram muitos os embates nesse setor. Um deles resultou na mobilização das educadoras para participarem da indicação da coordenação administrativa, quando foi decidido a escolha pelo voto direto.

Diante da saída da coordenadora pedagógica devido a um desgaste com a direção, as educadoras garantiram a eleição de uma nova ocupante do cargo.

No início de 2002, realizou-se nova eleição para a diretoria, saindo vencedora a chapa apoiada pelo grupo em exercício. A ASAC atravessou nova crise financeira, em virtude do atraso no repasse de verbas da PBH. Houve mobilização da categoria com o objetivo de pressionar a PBH a liberar os recursos, chegando-se a aventar a possibilidade de paralisação no atendimento da creche.

Em 2002, as educadoras chamaram o sindicato para intermediar junto à diretoria esclarecimentos sobre o atraso salarial e os rumores de que a creche fecharia. A diretoria considerou que esse ato acirrou uma crise interna ocasionando a ruptura das relações.

Essa situação propiciou a renúncia da diretoria no primeiro semestre de 2003. No início do segundo semestre, instaurou-se novo processo de eleição. A nova diretoria empossada era constituída por pessoas ligadas ao segundo grupo dirigente.

CONCLUSÃO

No movimento de desvendar a realidade de uma creche comunitária, compreendi que a sua constituição, diferentemente daquela da escola, emergiu num espaço de maior participação popular. Nesse espaço, a vontade estatal foi relativizada pelo próprio fato de o Estado ter se ausentado do funcionamento, da regulamentação e do acompanhamento da Instituição.

Apesar de ambas surgirem de uma demanda comunitária, ainda assim a escola se ergue com uma arquitetura e uma proposta político-pedagógica prescrita, enquanto a creche comunitária foi se constituindo com menor número de prescrições estatais. Assim sendo, a escola é erguida com maior determinação e presença estatal ainda que sua singularidade seja preservada, enquanto a creche, contrariamente, se constitui com maior determinação e presença civil.

Outro aspecto a ressaltar é o da antecipação, por parte da creche, de vários aspectos da gestão administrativa e pedagógica que, mais tarde, foram incorporados à política pública do município.

REFERÊNCIA

- CAMPOS, Rogério C.. **A luta dos trabalhadores pela escola**. São Paulo: Loyola, 1989.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- KRAMER, Sônia. Formação de profissionais da educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lúcia de A.(Org.) **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. p.117-32.
- ROCKWELL, Elsie, MERCADO, Ruth. La práctica docente y la formación de maestros. In: ROCKWELL, Elsie, MERCADO, Ruth. **La escuela, lugar del trabajo docente**. Mexico: Centro de Investigación y de estudios avanzados del IPN, 1986, p.65-78.
- ROCKWELL, Elsie. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 31-54.